

**EMERON**

ATA DE REUNIÃO Nº 1 / 2017 - CONSU/EMERON  
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2017 DO CONSELHO  
SUPERIOR DA EMERON

Às 9 horas do dia 24 de fevereiro de 2017, reuniu-se o Conselho Superior da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, na Rua Tabajara, 834, Bairro Olaria. Presentes o Desembargador Paulo Kiyochi Mori (Presidente do Conselho), os Conselheiros Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, Desembargador Raduan Miguel Filho, o Juiz Guilherme Ribeiro Baldan e o Juiz Rinaldo Forti da Silva. Também estiveram presentes na reunião o Secretário-Geral da Emeron, senhor Alberto Ney Vieira Silva, a Diretora Pedagógica, senhora Ilma Ferreira de Brito e o Diretor Administrativo, senhor José Miguel de Lima. Aberta a reunião, o Presidente do Conselho Superior deu boas-vindas a todos e declarou aberto os trabalhos da primeira reunião extraordinária no ano de 2017, convocada nos termos do artigo 15, do Estatuto da Escola da Magistratura de Rondônia. Dando continuidade o Presidente informou que a reunião se destina a: 1) apreciar os pedidos de bolsa de estudos das magistradas: a) Denise Pipino Figueiredo (SEI n. 9000354-86.2016.8.22.1111), b) Duília Sgrott Reis (SEI n. 9000346-12.2016.8.22.1111) e c) Servidor Anselmo Charles Meytre (SEI n. 8000605-24.2016.8.22.1111). Os processos foram instruídos com parecer pedagógico, parecer jurídico e informação sobre a disponibilidade orçamentária. Os documentos anexados aos autos indicam que os requerentes preenchem os requisitos definidos na Resolução n. 07/2015-PR, com exceção da Juíza Denise Pipino Figueiredo, que não preenche o requisito previsto no art. 7º, § 7º, da referida resolução, que estabelece o tempo mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo. DELIBERAÇÃO: Foi aprovada, à unanimidade, a concessão de Bolsa de Pesquisa à Juíza Duília Sgrott e ao servidor Anselmo Charles Meytre, no percentual de 50% do valor da mensalidade, e negada a concessão de bolsa à Juíza Denise Pipino, em razão do não preenchimento do requisito previsto no art. 7º, § 7º, da Resolução n. 07/2015-PR. Também ficou deliberado que a concessão de bolsa de pesquisa pela Escola não obriga o pagamento de outras despesas, a exemplo de viagens (passagens e diárias), custos de material e etc. 2) Indicação do Juiz de Direito Oscar Francisco Alves Junior para ocupar a função de Coordenador da Subseção das Comarcas, com base no § 3º do artigo 8º da Resolução 006/2015-PR. DELIBERAÇÃO: Os Conselheiros aprovaram, à unanimidade, a indicação do Juiz de Direito Oscar Francisco Alves Junior para ocupar a função de Coordenador da Subseção das Comarcas, a fim de coordenar os trabalhos da Emeron na Comarca de Ji-Paraná. 3) outros assuntos: a) Alteração do Regimento da Especialização e Direito para a Carreira da Magistratura (EDCM) a partir das propostas trabalhadas nas oficinas de janeiro e fevereiro de 2017 – O Juiz Guilherme Baldan fez uma explanação sobre as oficinas realizadas com os professores do curso, sob a coordenação da Professora Hélia Cardoso Gomes da Rocha, e apresentou as propostas consolidadas nas oficinas. O Desembargador Marcos Alaor, fez ponderações sobre o novo perfil da Escola da Magistratura, que passou a atuar como uma instituição de ensino, bem como as demais alterações.

Ressaltou as particularidades do EDCM, que, mais que um curso de pós-graduação, reveste-se de uma identidade e história muito particular, que merece ser respeitada. Acrescentou a necessidade de constituição de um núcleo de magistrados, com qualificação e perfil adequados, para participar do concurso para ingresso na carreira da magistratura, para trabalhar em consonância com a comissão de concursos, já definida no Tribunal de Justiça. DELIBERAÇÃO: quanto a definição do objetivo do curso, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “Aprimorar o profissional do Direito para a atividade jurisdicional, ofertando-lhe aprofundadas bases teórico-práticas de naturezas jurídica, ética, humanística, filosófica, cultural, política, psicológica, social, científica, sustentável e tecnológica”; quanto ao projeto de pesquisa e TCC, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “I. Manter a monografia; II. A escola apresenta os temas que estão vinculados a subáreas e a grande área estabelecida em regimento em seu art. 24, §2º; III. Inserção de orientadores docentes em subáreas, respeitado interesse de cada um: Violência e criminalidade; Sociedade e Justiça; ambiental/sustentabilidade e inovação; Direito e Ética; Judiciário e Sociedade; IV. A disciplina de metodologia será aplicada logo no início do curso, cuja produto será o projeto de pesquisa, conforme art. 24, §1º, do regimento do Curso, com aceite do orientador que emitirá parecer sobre a viabilidade e pertinência dos projetos encaminhados. Portanto o desenvolvimento da pesquisa é de responsabilidade do professor/orientador e orientando, dentro do cronograma estabelecido pelo Colegiado de Curso; V. A elaboração do cronograma de desenvolvimento de pesquisa é de responsabilidade do Colegiado de Curso, art. 55, IV do regimento, estabelecendo datas com as etapas a serem cumpridas por orientandos e orientadores. VI. Instituição de um seminário, no meio do ano, pela Escola para sociabilização do andamento da pesquisa”; quanto a frequência dos alunos no curso, ficou aprovada, à unanimidade, a proposta do grupo de fevereiro/2017: “I - Controlada pela Escola que encaminhará relatório mensal ao aluno; II - Que questões particulares sobre ausência serão levadas em consideração em algumas situações para efeito de justificativa de falta, e não abono: a) Prestação de serviço diverso da comarca de Porto Velho –RO; b) Participação em concurso; e c) luto de 1º grau, cuja comprovação deve ser feita na Dirca, para fins de apreciação futura”; quanto às correções ou erros materiais, também foi aprovado à unanimidade as seguintes proposições: “Art. 5º - Retirar o termo residência judicial; Art. 18 – Inserção do inciso III (matrícula em disciplina isolada para fins de formação continuada, limitando o nº de oferta de vagas), para amparar o art. 60, II; Art. 20 – Correção da nomenclatura de h/a para horas em todas as disciplinas e carga horária total explicitada no parágrafo único; Art. 31 – O aluno que ficar reprovado, por desempenho (nota) [...]; Art. 34- Alterar redação para “exceto em casos regulamentados”...; Art. 36- Alteração “no prazo de 2 dias úteis, após o término do atestado...” ; Art. 40 – Retirar quantidade de disciplinas (Na nova redação do artigo seja retirada a restrição, podendo o aluno requerer exame de proficiência em quantas disciplinas entenda ele ser versado, contudo será previsto prazo máximo até 31 de março, para requerer a proficiência); Art. 45 – Correção gramatical “pelo diretor””; quanto a divulgação dos TCCs pela Emeron, que consiste: “I - Criação do banco de dados com as monografias já defendidas por alunos no site da Emeron;

digitalizadas ou scaneadas; II- Compromisso da Emeron na divulgação por meio de seminários, e-books, página da Emeron e demais fontes de publicação”, ficou aprovada, à unanimidade;b) Reativação da Revista Impressa da Escola da Magistratura – O Desembargador Marcos sugeriu a instituição de um conselho editorial que deverá avaliar qual material pode ser objeto de publicação na revista. DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada, à unanimidade. c)Proposta de Curso em Orçamento Público para Magistrados – O Desembargador Marcos apresentou proposta do curso para atender sobretudo os juízes de 1º grau, a ser conduzido pelos servidores Jean Carlo(SA) e Rosângela (COPLAN). DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada, à unanimidade. d)Estudo para redução da carga horária do EDCM – foi proposto a elaboração de estudo para redução da carga horária do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura. DELIBERAÇÃO: foi deliberado, à unanimidade, pela aprovação de elaboração de estudo técnico-pedagógico. e) Publicidade do Programa de Pesquisa (número de bolsas e linhas de pesquisas)– O Desembargador Marcos Alaor recomendou que a Escola dê publicidade sobre a quantidade de bolsas e respectivas linhas de pesquisa contempladas no orçamento do ano. DELIBERAÇÃO: a proposta foi aprovada à unanimidade. f) Centro de Treinamento – O Desembargador Marcos Alaor externou sua preocupação quanto à indisponibilidade do Centro de Treinamento para atender o grande volume de demandas da Emeron, e que o regular funcionamento daquelas instalações permite ao Tribunal de Justiça reduzir os custos com as formações, sobretudo com o pagamento de diárias. O Desembargador Paulo informou que já havia solicitado informações da Administração do Tribunal sobre o processo de retomada das obras de reforma e ampliação daquele prédio para subsidiar o planejamento das atividades, tanto desde quanto do próximo exercício financeiro. DELIBERAÇÃO: Ficou deliberado que a Direção da Escola irá fazer gestão junto à Administração do Tribunal para agilizar a recuperação do Centro de Treinamento. A reunião foi encerrada às 10 horas e 40 minutos do dia 24 de fevereiro de 2017 e dela lavrou-se esta ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Publique-se.

Desembargador Paulo Kiyochi Mori

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Desembargador Raduan Miguel Filho

Juiz Guilherme Ribeiro Baldan

Juiz Rinaldo Forti da Silva

Em 02 de março de 2017.

## SECRETARIA JUDICIÁRIA

### PJE INTEGRAÇÃO

#### 1ª CÂMARA CÍVEL

ESTADO DE RONDÔNIA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª Câmara Cível / Gabinete Des. Raduan Miguel

Processo: 0800166-20.2017.8.22.0000 - AGRADO DE INSTRUMENTO (PJE-2º GRAU)

Relator: RADUAN MIGUEL FILHO

Data distribuição: 30/01/2017 10:59:06

AGRAVANTES: D.D.Q. E OUTROS

Advogado: GABRIELA CARVALHO DOS SANTOS (OAB/RO 5941)

AGRAVADO: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

Decisão

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Gabriela Carvalho dos Santos face a decisão proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes que, nos autos de ação de responsabilidade civil c/c indenização por danos morais movida em desfavor de Eletrobrás Distribuição Rondônia, indeferiu o pedido de tutela de urgência de natureza antecipada (para pagamento de pensão provisória no valor de R\$ 2.000,00), sob o fundamento de que os fatos são controvertidos e necessitam de melhor análise mediante o exercício do contraditório.

Em suas razões alegam haver prova nos autos de que a agravada, por seus prepostos, é a responsável pelo óbito de seu genitor e esposo, o qual era provedor da família, e que hoje se encontram em dificuldades financeiras, sem o necessário ao próprio sustento, de modo que pugnam pela reforma da decisão agravada, concedendo-se antecipação de tutela recursal.

É o relatório. Decido.

Considerando que há certidão informando a ausência de preparo e de pedido de gratuidade, analisando os autos, constata-se que na decisão agravada foi deferido o pedido de gratuidade judiciária.

Acerca do pedido de antecipação de tutela recursal, tem-se que pode ser concedida quando demonstrados os requisitos da tutela de urgência, consubstanciada em elementos que evidenciem a probabilidade do direito (*fumus boni iuris*) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) - art. 300 c/c o art. 1.019, I, do Código de Processo Civil.

No caso dos autos, a tutela de urgência pretendida é de condenação da agravada ao pagamento de R\$ 2.000,00 a título de indenização mensal provisória, sob o fundamento de que a morte do provedor de sua família se deu por culpa da agravada.

Da análise dos documentos acostados à inicial verifica-se que Joverci era produtor rural no ramo leiteiro e que esta atividade foi assumida por sua esposa (id n. 5873116 – págs. 1/2).

Assim, não se pode concluir, em análise sumária, que os agravantes encontram-se em situação de que não lhes permite arcar com o próprio sustento.